

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	16
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	18
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	19
2.5 Medições não contábeis	20
2.6 Eventos subsequentes as DFs	23
2.7 Destinação de resultados	24
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	26
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	27
2.10 Planos de negócios	28
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	30
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	31
5.2 Descrição dos controles internos	36
5.3 Programa de integridade	41
5.4 Alterações significativas	44
5.5 Outras informações relevantes	45

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

Somos uma empresa que atua, desde 1991 no setor industrial com a fabricação de fornos e equipamentos voltados para o mercado de panificação e gastronômico sob as marcas “Prática Technipan” e “Prática Technicook”, bem como na produção de equipamentos para conservação e congelamento de alimentos sob a marca “Klimaquip”, visando o abastecimento tanto do mercado interno, quanto do mercado internacional. Além destes, distribuímos produtos que completam nossa oferta ao mercado.

A Prática Klimaquip tem como missão levar qualidade e produtividade ao ambiente de preparo de alimentos. Entendendo que este mercado de serviços de alimentação busca produtividade, segurança, eficiência energética e redução de custos, a Prática Klimaquip oferece equipamentos confiáveis e com a melhor tecnologia para preparo, conservação e transporte de alimentos. Mais que qualquer outro competidor, a Prática está próxima aos clientes, conhece suas necessidades e os apoia com soluções integradas e a melhor rede de suporte pré e pós-venda.

Nossa atuação é pautada no princípio da qualidade total, fabricando produtos robustos e de acabamento cuidadoso, com foco em eficiência energética, tecnologia de alimentos e automação. Como fruto de nossos esforços voltados à qualidade de nossos produtos, contamos com certificações de reconhecimento internacional, tais como NSF, UL e ISO 9001, e também com prêmios de reconhecimento nacional, como o Prêmio SES de Qualidade no Trabalho recebido em 2012 e o Prêmio Mineiro de Qualidade em 2011.

Em 31 de dezembro de 2017, incorporamos a Prática Participações, companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.747.021/0001-29 (“Incorporada” ou “Prática Participações”), nos termos e condições do “Protocolo e Justificação de Incorporação da Prática Participações S.A. pela Prática Klimaquip Indústria e Comércio S.A.”, celebrado entre os administradores da Incorporada e de nossa Companhia – enquanto subsidiária - em 31 de dezembro de 2017 (“Incorporação”).

A Incorporação foi aprovada por meio da realização de Assembleia Geral Extraordinária de ambas as Companhias em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, nos termos dos artigos 224 a 227 e 264 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), a Incorporada foi extinta, e nossa Companhia sucedeu a Incorporada em todos seus bens, direitos e obrigações, dentre outras consequências.

A RSM Auditores Independentes (“RSM”), atual auditor independente de nossa Companhia, foi o auditor independente para a elaboração de nossas demonstrações contábeis anuais, bem como relatórios trimestrais de nossa Incorporada para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022. Também auditaram os relatórios referentes aos anos de 2021.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pela nossa administração na condução de nossos negócios:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Exercício social encerrado em:			Variação Horizontal	
	(em mil R\$)			(%)	
	2022	2021	2020	22 X 21	21 X 20
Receita líquida de vendas	248.863	178.098	120.638	40%	48%
EBITDA ¹	32.860	35.985	11.404	-9%	216%
Margem EBITDA ²	13,20%	20,21%	9,45%	-35%	114%
EBITDA ajustado ³	32.860	24.238	11.404	36%	113%
Margem EBITDA ajustado ³	13,20%	13,61%	9,45%	-3%	44%
Lucro bruto	110.459	80.444	51.764	37%	55%
Lucro líquido ⁴	18.009	19.881	4.870	-9%	308%
Margem líquida	7,24%	11,2%	4,04%	-35%	117%
Patrimônio líquido	77.506	63.884	48.939	21%	31%
Dívida bruta	74.735	61.519	58.492	21%	5%
Dívida curto prazo	32.945	30.154	24.181	9%	25%
Dívida longo prazo	41.790	31.365	34.311	33%	9%

(1) O EBITDA consiste no lucro líquido do exercício, acrescido das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social e das depreciações e amortizações. O EBITDA não é a medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA é utilizado pela Companhia como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do seu desempenho financeiro, bem como da sua capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com suas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, a Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete a real geração de caixa da Companhia e não deve ser usado como tal. Para uma reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) EBITDA do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(3) EBITDA não considerando os créditos extemporâneos de recuperação de impostos no montante de R\$11,7 milhões.

(4) Lucro líquido do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia possui dois processos em curso relativos a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) da base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), cujos créditos pleiteados abrangem o período de 2003 a 2016 da Prática Produtos (incorporada em 2016) e o período desde 2012 da Companhia. Como é de conhecimento público, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral no dia 13 de maio de 2021, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferido o julgamento. Ressalta-se que ambos os processos da Companhia foram impetrados antes de 15 de março de 2017. Essa receita extemporânea foi reconhecida no demonstrativo de resultado do exercício de 2021 na conta de Outras Receitas e despesas e no ativo não circulante. O montante recuperado pela empresa foi de R\$ 11,7 milhões de reais.

No que tange as nossas principais condições patrimoniais, destacamos os indicadores de dívida líquida, índice de liquidez corrente e patrimônio líquido, cuja evolução é acompanhada por nossa administração.

Nossa dívida líquida é calculada pelos nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos após a dedução dos valores mantidos no caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir apresenta o comportamento deste indicador nos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020:

Indicadores financeiros	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	(em R\$ mil)		
Empréstimos e financiamentos			
Curto prazo.....	32.945	30.154	24.181
Empréstimos e financiamentos			
Longo prazo.....	41.790	31.365	34.311
Dívida			
Bruta.....	74.735	61.519	58.492
(-) Caixa e equivalentes de caixa.....	34.676	21.358	32.665
(-) Aplicações caucionadas.....	7.460	10.527	-
Dívida Líquida.....	32.599	29.634	25.827

O índice de liquidez corrente é calculado pela divisão do nosso ativo circulante pelo nosso passivo circulante. Nossos índices de liquidez para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 estão apresentados na tabela a seguir:

Indicadores financeiros	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	(em R\$ mil)		
Ativo Circulante	157.958	112.770	92.650
Passivo Circulante	97.152	74.151	54.116
Índice de liquidez corrente	1,6x	1,5x	1,7x

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O índice de liquidez corrente não teve uma variação significativa entre os anos analisados se mantendo em 1,7 vezes no ano de 2020, em 2021 para 1,5 vezes devido aos trabalhos de alongamento do perfil da dívida e no ano de 2022 aumentando para 1,6 vezes.

b. Estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era de R\$77,5 milhões, comparado a R\$63,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 e R\$49,0 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital era composta por 34,9% de capital próprio (patrimônio líquido) e 65,1% de capital de terceiros (passivo total), sem alterações significativas quando comparados 2021 quando era formado por 36,1% de capital próprio e 63,9% de capital de terceiros.

	Em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2020	
	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹
	(em R\$ mil)					
Patrimônio líquido	77.506	34,9%	63.883	36,1%	48.939	35,2%
Passivo Total	144.395	65,1%	112.767	63,9%	89.941	64,8%
Total	221.901	100%	176.650	100%	138.880	100%

¹ Em relação ao total.

Nossa administração acompanha constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido por nossos acionistas sem depreciação de nossa liquidez, buscando assim a sustentabilidade de nosso negócio no longo prazo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa administração acredita que possuímos capacidade de pagamento de todos os nossos compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam nossos índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do nosso ativo circulante pelo passivo circulante) e de endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa – pelo EBITDA dos últimos 12 meses).

Acreditamos que a manutenção da nossa saúde econômico-financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos nossos ativos que visa a maximizar o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos buscando não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais temos utilizados recursos de terceiros via empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar as nossas necessidades de capital.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, nossas operações proporcionaram uma geração de caixa líquido de R\$16,8 milhões R\$2,9 milhões e R\$20,6 milhões, respectivamente, enquanto nossas atividades de financiamento foram responsáveis por uma geração de caixa líquido nos mesmos períodos de R\$3,9 milhões, -R\$0,4 milhões e R\$1,6 milhões.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as nossas necessidades de capital que pretendemos utilizar no curso regular dos nossos negócios são o nosso caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais. Acreditamos que essas disponibilidades são suficientes para atender as nossas necessidades regulares de capital. Acreditamos ter acesso rápido a linhas de crédito, considerando os bons índices de avaliação junto a instituições financeiras, caso haja descasamento entre essas disponibilidades e as nossas obrigações vincendas no curto prazo.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Nossa dívida líquida nos anos de 2022, 2021 e 2020 foi respectivamente: R\$32,6 milhões, R\$29,6 milhões, R\$25,8 milhões. O que representou um endividamento sobre o EBITDA de 0,99 vezes, 0,82 vezes e 2,26 vezes respectivamente:

Indicadores financeiros	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	(em R\$ mil)		
Empréstimos e financiamentos			
Curto prazo.....	32.945	30.154	24.181
Empréstimos e financiamentos			
Longo prazo.....	41.790	31.365	34.311
Dívida			
Bruta.....	74.735	61.519	58.492
(-) Caixa e equivalentes de caixa.....	34.676	21.358	32.665
(-) Aplicações caucionadas.....	7.460	10.527	-
Dívida Líquida.....	32.599	29.634	25.827

As principais características da nossa dívida líquida, com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos nossos empréstimos e financiamentos de longo prazo registrados em 31 de dezembro de 2022:

31 de dezembro de 2022	2023	2024	2025	2026	Após 2027	Total
Empréstimos e Financiamentos	32.945	19.571	16.039	4.737	1.443	74.735

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

	Moeda	Indexador	Taxas de Juros ao ano (%)	Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro	Reais	Pré fixada	15%	62.808	45.495
Capital de giro (moeda estrangeira)	USD	Pré fixada	7%	9.515	13.243
Financiamento de ativo imobilizado (b)	Reais	Pré fixada	6%	2.412	2.781
				74.735	58.492

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não possuíamos quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas em nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nossos contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo alienação fiduciária de ativos nos contratos das operações de FINAME/PSI e *Leasing*, notas promissórias e aval prestado por acionistas controladores.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, as obrigações classificadas em nosso passivo de natureza trabalhista e tributária possuem preferência em relação às dívidas quirografárias, nos termos da Lei 11.101/2005.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui apenas um contrato com “covenants” referente a pagamentos em atrasos, ações judiciais e as seguintes cláusulas de desempenho:

- A dívida financeira líquida/EBITDA deve ser inferior a 3,0x ao final de cada exercício;
- A liquidez corrente deve ser superior a 1,3x ao final de cada exercício;
- Vedada a aplicação dos recursos em países com sanções econômicas aplicadas pelo Conselho de Segurança da ONU;
- No período de carência do empréstimo vedado distribuir dividendos em percentual superior a 25% do lucro líquido;
- No período de amortização do empréstimo vedado distribuir dividendos em percentual superior a 25% do lucro líquido se a relação Dívida Líquida/EBITDA for maior ou igual a 3,5 ou 50% se a mesma relação for inferior a 3,5;
- Vedada a distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado) até que 50% do principal do empréstimo tenha sido pago.

As penalidades ao não cumprimento desses “covenants” é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitados esses limitadores, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante. A Companhia está em dia com as obrigações financeiras junto aos bancos.

g. Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não possuíamos, em 31 de dezembro de 2022, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2022, 2021 e 2020. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP).

Demonstrações de Resultado

Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados

Receita operacional de vendas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para nós, de que os custos associados e a possível

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda interestadual, a transferência normalmente ocorre no momento do carregamento das mercadorias no transportador dentro da nossa fábrica. Para as vendas estaduais, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente ou no momento do carregamento das mercadorias no transportador. Via de regra, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos.

Custos dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados são compostos de (i) matérias-primas e outros materiais usados e consumidos na produção; (ii) fretes de matérias primas; (iii) outros custos industriais, incluindo depreciação, custo de mão de obra, serviços de terceiros, entre outros.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente descontos obtidos e juros recebidos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivo. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros passivos, descontos concedidos e tarifas bancárias.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Participações sobre o lucro

Nossa política de remuneração de nossos funcionários engloba uma parcela variável de participação nos nossos resultados, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos definidos pela nossa administração e aprovada anualmente para cada colaborador.

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil).

Demonstração do Resultado	31/12/2022	31/12/2021	AH 22 X 21
Receita operacional líquida	248.863	178.098	40%
Custo dos produtos vendidos	(138.404)	(97.654)	42%
Lucro bruto	110.459	80.444	37%
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(55.448)	(40.086)	38%
Despesas comerciais	(25.897)	(19.055)	36%
Depreciação e amortização	(3.085)	(2.898)	6%
Resultado de equivalência patrimonial	1.112	747	49%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(691)	11.084	-106%
	(84.009)	(50.208)	67%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	26.450	30.236	-13%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(17.958)	(11.035)	63%
Receitas financeiras	11.975	7.069	69%
	(5.983)	(3.966)	51%
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	20.467	26.270	-22%
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(5.653)	(3.363)	68%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	3.194	(3.026)	-206%
	(2.459)	(6.389)	-62%
Lucro líquido do exercício	18.008	19.881	-9%

Receita líquida de vendas

Nossa receita líquida de vendas totalizou R\$248,863 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 40%, quando comparado ao

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$178,098 milhões, impulsionado pela retomada do mercado e maior volume de vendas para o mercado internacional.

Nossas vendas ainda são impulsionadas em 2022 pelo aumento do volume de receitas no mercado internacional, fruto dos investimentos da Companhia em aumentar sua capilaridade em mercados onde ainda não possui distribuidores.

A Companhia também mantém os esforços na expansão internacional, tanto em ações comerciais com o desenvolvimento de novos distribuidores quanto em esforços internos de adequação de seus produtos para novos mercados.

Custos dos produtos vendidos

Nossos custos dos produtos vendidos totalizaram R\$138,404 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 42%, quando comparados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$97,654 milhões, em razão, principalmente pelo aumento dos preços de commodities, como aço inoxidável e outros aumentos em componentes com preços atrelados ao dólar.

Despesas/receitas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossas despesas operacionais totalizaram R\$84,009 milhões, representando um aumento de 67%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$50,208 milhões.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro representou um custo de R\$5,983 milhões em 2022, aumento de R\$2,017 milhões, ou 51% quando comparado com o exercício de 2021 quando o valor representou R\$3,966 milhões.

Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossos gastos com imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos totalizaram - R\$2,459 milhões, representando uma redução de 62 %, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$6,389 milhões.

Lucro Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou de R\$18,008 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a um lucro de R\$19,881 milhões no mesmo período de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanços Patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	AH 22 X 21
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	34.676	21.358	62%
Aplicações caucionadas	2.794	3.327	-16%
Contas a receber de clientes	45.344	34.158	33%
Estoques	63.268	47.777	32%
Impostos a recuperar	7.498	3.723	101%
Despesas antecipadas	2.763	781	254%
Dividendos a receber	150	124	21%
Outros ativos	1.465	1.521	-4%
Total do ativo circulante	157.958	112.769	40%
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	12.263	11.747	4%
Aplicações caucionadas	4.666	7.200	-35%
Ativo fiscal diferido	3.100	2.990	4%
Outros ativos	237	334	-29%
Investimentos	2.499	1.716	46%
Imobilizado	28.637	25.442	13%
Intangível	12.541	14.451	-13%
Total do ativo não circulante	63.943	63.880	0,1%
Total do ativo	221.901	176.650	26%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021	AH 22 X 21
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	32.945	30.154	9%
Arrendamento mercantil	686	442	55%
Fornecedores	18.380	16.039	16%
Operação de risco sacado	4.331	1.905	127%
Obrigações tributárias	1.163	2.055	-43%
Obrigações trabalhistas e sociais	5.495	4.241	30%
Receita antecipada	8.831	1.422	521%
Adiantamento de clientes	13.102	8.194	60%
Partes relacionadas	1.471	1.227	20%
Dividendos a pagar	4.277	4.722	-9%
Provisões diversas	6.104	3.648	67%
Outros passivos	367	101	263%
Total do passivo circulante	97.152	74.151	31%
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	41.790	31.365	33%
Arrendamento mercantil	354	605	-41%
Fornecedores	997	-	100%
Provisão para riscos processuais	467	759	-38%
Passivo fiscal diferido	994	3.899	-75%
Obrigações tributárias	107	169	-37%
Outros Passivos	2.534	1.818	39%
Total do passivo não circulante	47.243	38.615	22%
Patrimônio líquido			
Capital social	29.068	29.068	0%
Reservas de capital	1.209	534	126%
Reserva de lucros	48.262	35.160	37%
Outros resultados abrangentes	(1.033)	(878)	18%
Total do patrimônio líquido	77.506	63.884	21%
Total do passivo e patrimônio líquido	221.901	176.650	26%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de nosso caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$34,676 milhões, apresentando um aumento de R\$13,318 milhões ou 62%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$21,358 milhões.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$45,344 milhões, apresentou aumento de R\$11,186 milhões ou 33%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$34,158 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Estoques

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de nossos estoques totalizou R\$63,268 milhões, apresentando um aumento de R\$15,491 milhões ou 32% quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$47,777 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, no estoque de matéria-prima.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de nossos impostos a recuperar totalizou R\$7,498 milhões, apresentando um aumento de 101%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$3,723 milhões.

Ativo não circulante

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos totalizaram R\$2,499 milhões, apresentando um aumento de 46%, quando comparados ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$1,716 milhões. Essa variação decorre do resultado positivo da Embtech.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de nosso imobilizado totalizou R\$28,637 milhões, apresentando um aumento de 13% quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizava R\$25,442 milhões.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de nosso intangível totalizou R\$12,541 milhões, apresentando uma redução de 13%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$14,451 milhões. Essa redução decorreu da amortização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de nossos empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizaram R\$32,945 milhões, apresentando um aumento de 9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$30,154 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de nossos fornecedores totalizou R\$18,380 milhões, apresentando um aumento de 16%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$16,039 milhões.

Obrigações Trabalhistas e Sociais

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de obrigações trabalhistas e sociais totalizou R\$5,495 milhões, apresentando um aumento de 30%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$4,241 milhões.

Receita antecipada

O saldo de receita antecipada representa as operações de venda para entrega futura. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de receita antecipada totalizou R\$8,831 milhões, apresentando um aumento de R\$7,409 milhões, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$1,422 milhões. Aumento devido ao faturamento antecipado de cliente no final do exercício de 2022.

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$13,102 milhões, apresentando um aumento de 60%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$8,194 milhões.

Provisões

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisões totalizou R\$6,104 milhões, apresentando um aumento de 67%, quando comparado ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$ 3.648 milhões.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de nossos empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizou R\$41,790 milhões, apresentando um aumento de 33%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$31,365 milhões. Esse aumento decorre, principalmente, de captações para aumento do capital de giro.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social totalizou R\$29,1, sem variação quando comparado ao capital social registrado em 2021.

Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, nossa reserva lucros totalizou R\$48,262 milhões, apresentando um aumento de 37%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$35,160 milhões.

As demais contas do nosso passivo e patrimônio líquido não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Demonstração de fluxo de caixa	31/12/2022	31/12/2021	AH 22 X 21
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.358	32.665	-35%
Caixa líquido – atividades operacionais	16.768	2.751	510%
Caixa líquido – atividades de investimentos	(7.361)	(3.893)	89%
Caixa líquido – atividades de financiamento	3.911	(10.165)	138%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	13.318	21.358	-38%

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$13,318 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$21,358 milhões no mesmo período de 2021.

No exercício de 2022 foram feitos pequenos investimentos na área industrial com a aquisição de máquinas de baixo valor para suprir necessidades do processo e em pesquisa e desenvolvimento. Também foi registrado na conta de investimento antecipação para compra de maquinário que será recebido pela Companhia no primeiro semestre de 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Nossa receita é basicamente composta pela venda dos produtos que produzimos. Dessa forma, as variações em nossa receita estão intrinsicamente relacionadas a variação no volume de itens vendidos e na variação do preço médio de venda destes itens.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, nossa receita líquida de vendas foi de, respectivamente 120,6 milhões, R\$178,1 milhões e 248,9 milhões. Nos mesmos exercícios, o volume de itens vendidos foi de, respectivamente, 8.781, 12.704 e 15.563 (considerando as marcas Technicook, Technipan e Klimaquip).

O aumento significativo nos volumes comercializados e faturamento é decorrência da recuperação da economia pós pandemia, e esforços de aumento de capilaridade comercial tanto no mercado interno quanto externo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 20,3% de nossas receitas foram decorrentes de exportações, contra 11,3% em 31 de dezembro de 2021. Essa receita é auferida em dólar – norte americano e, posteriormente, convertida para o Real.

ii. *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

No mercado interno nossos resultados são aferidos pelo nível de crescimento da economia o que motiva nossos clientes a realizarem investimentos.

No mercado externo, devido a nosso baixo *market share* os resultados são mais afetados pela nossa capacidade de expansão com a identificação e nomeação de distribuidores para novos mercados consumidores. Na exportação a Companhia também é afetada pela volatilidade da taxa cambial, uma vez que a valorização do real frente ao dolar pode reduzir nossas margens brutas.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Estamos constantemente investimento em pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de aprimorar os produtos de nosso portfólio, bem como de desenvolver novos produtos. Entretanto não está no radar de desenvolvimento o incremento do portfólio com novos produtos.

Entretanto a Companhia não lançou nenhuma linha nova de produtos nos últimos 3 exercícios sociais. Todos os lançamentos realizados foram versões aprimoradas de produtos já comercializados.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

2.2 Resultados operacional e financeiro

i. Inflação

Nossa receita não é diretamente afetada pela inflação. Não obstante, a precificação de nossos produtos leva em conta a matriz de custo de produção, composta, dentre outros fatores, pelos gastos com matérias primas, insumos e mão de obra, acrescida de uma margem de contribuição estabelecida pela nossa administração. Na medida em que a inflação afete o preço das matérias primas e insumos que utilizamos ou gere reflexos no custo da nossa mão de obra em razão de reajustes salariais lastreados em índices inflacionários, o preço de nossos produtos poderá sofrer um aumento. Não obstante, diante do cenário de competição dos mercados nos quais estamos inseridos, não podemos garantir que seremos capazes de repassar o aumento dos custos originados da inflação aos nossos clientes finais.

A inflação pode impactar indiretamente os custos de nossos produtos, assim como nossas despesas operacionais e o aumento da inflação poderá impactar negativamente nosso resultado operacional caso não sejamos capazes de repassar esses aumentos de gastos aos nossos clientes finais por meio do aumento dos preços de nossos produtos. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos e prejudicando novos negócios. A depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente nosso resultado operacional.

ii. Variação preços de insumos e produtos

A variação de preços de nossos insumos poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais na medida em que não sejamos capazes de repassar os aumentos de custos ao nosso cliente final por meio do aumento dos preços dos produtos que comercializamos. Para tanto, nossa administração acompanha constantemente nossa margem bruta, de forma a avaliar a eficiência das premissas e metodologias adotadas na precificação de nossos produtos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 nossa margem bruta foi de, respectivamente 44,4%, 45,2% e 42,7%.

iii. Variação cambial

O impacto negativo da desvalorização do dólar norte-americano em nossas receitas, conforme descrito acima, é compensado na redução custo de matérias-primas cujo preço encontra-se vinculado à cotação da moeda. É o caso do aço inoxidável e componentes eletrônicos, que são os principais componentes do custo e tem preços atrelados ao dólar. Não obstante, uma vez que também obtemos receitas em dólar em razão de nossas exportações, gozamos de um hedge natural, de forma que nosso resultado operacional não é afetado de forma relevante pela variação cambial.

iv. Variação de taxa de juros

As altas taxa de juros no mercado interno ocasionadas pela taxa básica de juros a patamares acima de 13% podem impactar a capacidade futura da companhia de realizar investimentos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Demonstrações financeira consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

O relatório dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não possui ressalvas.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

O relatório dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 não possui ressalvas.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

O relatório dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não possui ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das nossas atividades para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 ou no exercício social corrente.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2022, constituímos Pratica Chile SPA, que tem o objetivo de atuar na distribuição de nossos produtos no mercado Chileno. As operações da sociedade não tiveram efeitos significativos nos resultados da companhia ainda.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 ou no exercício social corrente.

2.5 Medições não contábeis

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

A seguir, apresentamos as principais medições não contábeis utilizadas por nossa administração:

(i) EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA é a sigla em inglês de Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, uma medição não contábil, calculada por nós, conciliada com nossas demonstrações financeiras observadas as disposições da Instrução CVM no 527, de 04 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”) e que pode ser utilizada como métrica para avaliar a nossa geração de caixa (“EBITDA”). O cálculo do EBITDA é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”). Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida.

(ii) Dívida Líquida

Nós calculamos a nossa Dívida Líquida a partir da Dívida Bruta, que é a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras de longo prazo.

a. informar o valor das medições não contábeis

Vide item 2.5 (i) (b) deste, abaixo.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Calculamos o EBITDA da seguinte forma: resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, despesas de imposto de renda e contribuição social e despesas de depreciação e amortização. Com relação às despesas de depreciação e amortização somadas ao nosso resultado líquido para fins de cálculo do EBITDA, esclarecemos que os valores utilizados são derivados da nossa demonstração de fluxo de caixa, já que em nossa demonstração de resultado a depreciação e amortização encontra-se dividida e alocada parte em despesas operacionais e parte em custo dos produtos vendidos (gastos gerais de fabricação). As tabelas abaixo apresentam a conciliação entre o EBITDA e Margem EBITDA e o

2.5 Medições não contábeis

resultado líquido divulgado em nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de: (em R\$ mil)		AH
	2022	2021	22 X 21
Receita Líquida de Vendas	248.863	178.098	40%
EBITDA	32.860	35.985	-8,6%
Margem EBITDA	13,2%	20,2%	
EBITDA ajustado (1)	32.860	24.238	35,6%
Margem EBITDA ajustado (1)	13,2%	13,6%	

(1) No ano de 2021 a Companhia registrou na rubrica de outras receitas o montante de R\$11,7 milhões referente a recuperações fiscais. Para melhor comparação ajustamos o EBITDA com essa receita não recorrente.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação entre a Dívida Líquida e a dívida bruta divulgada em nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Nós calculamos a nossa Dívida Líquida a partir da Dívida Bruta, que é a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras de longo prazo.

EBITDA	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	(em R\$ mil)		
(+) Empréstimos e financiamentos circulantes	32.945	30.154	24.181
(+) Empréstimos e financiamentos não circulantes	41.790	31.365	34.311
(=) Dívida Bruta	74.735	61.519	58.492
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	34.676	21.358	32.665
(-) Aplicações Cauconadas	7.460	10.527	-
(=) Dívida Líquida	32.599	29.634	25.827

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA e a margem EBITDA são utilizados pela Companhia como indicadores de seu desempenho operacional. A Companhia entende que esses indicadores são apropriados para uma melhor compreensão do seu desempenho financeiro, bem como da sua capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com suas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, a Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e

2.5 Medições não contábeis

analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete a real geração de caixa da Companhia e não deve ser usado como tal.

O EBITDA e Margem EBITDA são medições não contábeis elaboradas por nossa Companhia e conciliadas com nossas demonstrações financeiras e não são uma medida de desempenho financeiro segundo as normas do Generally Accepted Accounting Principles do Brasil ("BR GAAP") ou do IFRS. O EBITDA e a Margem EBITDA não devem ser considerados isoladamente ou como substituto do resultado líquido ou o resultado operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento de nossa dívida, mas funcionam como indicadores de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações de taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em função de desconsiderar custos de depreciação de nossa frota que, por sua vez, afetam os nossos lucros.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

i. O acordo de acionistas celebrado em 13 de setembro de 2018 entre a controladora Brava Participações S.A. e BNDES Par S.A. prevê a obrigatoriedade dos Controladores e Companhia efetuarem todos os registros necessários na CVM e na B3, bem como quaisquer outros procedimentos necessários para a realização e efetiva liquidação de oferta pública inicial de ações ordinárias de emissão da COMPANHIA no Bovespa Mais ("IPO Qualificado").

Para caracterizar o IPO Qualificado a oferta deveria contemplar:

- corresponder a um valor total bruto igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), corrigidos pela variação positiva do IPCA a partir da data de celebração do Acordo BNDES Par, ou englobar 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da COMPANHIA;
- ter, no mínimo, 10% (dez por cento) do seu volume total alocado, prioritariamente, para o varejo; e
- ser parcial ou exclusivamente primária e, caso seja parcialmente primária, a correspondente secundária ser composta por ações dos ACIONISTAS de acordo com sua respectiva participação no capital social à data da realização do IPO Qualificado.

O referido acordo de acionistas prevê que a Companhia teria até a data de 31 de dezembro de 2022 para realizar o IPO caso as condições de mercado fossem viáveis. A Companhia contratou a PWC Strategy & do Brasil Consultoria Empresarial Ltda para realizar estudo de viabilidade de abertura de capital conforme estabelecido no acordo de acionistas.

Em 8 de fevereiro de 2023 a PWC emitiu laudo com parecer sobre a viabilidade de IPO. O laudo emitido destacou que mesmo a empresa atendendo as exigências regulatórias e apresentando indicadores financeiros saudáveis as condições de mercado não são favoráveis para uma oferta pública de ações neste momento.

Em 11 de fevereiro de 2023 a Companhia enviou o laudo mostrando a inviabilidade de realização do IPO aos seus acionistas eliminando desta forma as cláusulas punitivas presentes no acordo de acionistas devido a não realização do IPO.

ii. Em 27 de fevereiro de 2023 a Companhia enviou comunicado à BNDES Par S.A. acerca de sua intenção de realizar o resgate das ações desta, conforme previsto no acordo de acionistas celebrado entre as partes. A BNDES Par tem o prazo de 180 dias para manifestar-se sobre o comunicado podendo: (i) aceitar o resgate de suas ações pela Companhia ou (ii) permanecer como acionistas, tendo assim suas ações preferenciais convertidas em ações ordinárias.

iii. Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise da Administração juntamente com seus assessores jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa trazer impacto no conjunto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2022.

2.7 Destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 30% será destinado para a reserva de resgate, até o limite de nosso capital social, a qual terá a finalidade de suportar eventual exercício do direito de resgate pelos titulares de nossas ações preferenciais; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações; (iv) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser retido para a formação das reservas previstas nos termos dos arts. 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% serão distribuídos a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. Nosso Estatuto Social também autoriza o levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da nossa Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. Nosso Estatuto Social permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao nosso Conselho de Administração

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não Aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O resultado apurado no exercício financeiro, se negativo, integrará a conta de prejuízos acumulados se não for absorvido por reservas na forma da Lei das S.A.; e, se positivo, o lucro líquido apurado, após as amortizações definidas na Lei das S.A., terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal, até o limite estabelecido na Lei das S.A.; (ii) 30% (trinta por cento) para a reserva para resgate, conforme prevista no §8º do Art. 5º

2.7 Destinação de resultados

deste Estatuto Social, até o limite do capital social da Companhia, observado o limite estabelecido pelo artigo 199 da Lei das S.A., a qual terá a finalidade de suportar eventual exercício do direito de resgate pelos titulares de ações preferenciais da Companhia, sendo que, no exercício em que o saldo da reserva para resgate superar os limites ora estabelecidos neste Estatuto Social e na Lei das S.A., a Assembleia Geral poderá deliberar pela aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social da Companhia ou na distribuição de dividendos aos acionistas; (iii) 25% como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei; e (iv) O saldo do lucro líquido, depois de computados os pagamentos previstos nos incisos “a”, “b” e “c”, nesta ordem, terá a destinação proposta pela administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado à formação de reservas de contingências, de lucro a realizar ou retidos para investimentos com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das S.A.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras para os últimos três exercícios sociais ou para o exercício social corrente.

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, vide 2.8.a

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, vide 2.8.a

iii. contratos de construção não terminada

Não aplicável, vide 2.8.a

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, vide 2.8.a

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, vide 2.8.a

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras para os últimos três exercícios sociais ou para o exercício social corrente.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, vide 2.9

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, vide 2.9

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, vide 2.9

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossa operação industrial demanda uma avaliação constante das condições de nossas máquinas, equipamentos e instalações utilizadas na condução de nossos negócios. Estamos constantemente acompanhando o desempenho e depreciação desses itens e, à medida em que nossa administração a identifica, a necessidade de reposição. Adicionalmente, acreditamos que nossa capacidade instalada é suficiente para demanda de nossos produtos no curto prazo, sendo que investimentos estão sendo realizados para suportar o crescimento projetados para os próximos anos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as principais fontes de financiamento que utilizamos para nossos investimentos foram o caixa gerado por nossas operações, recursos de nossos acionistas, bem como a obtenção de recursos de terceiros mediante empréstimos ou financiamentos. Esperamos utilizar no futuro as mesmas fontes de financiamento, conforme avaliação da nossa administração, tendo em vista a sustentabilidade do nosso negócio e a geração de valor para nossos acionistas.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Estamos constantemente investindo no desenvolvimento de novos produtos. Para 2023 estão no escopo de desenvolvimento adequação, melhoria e aprimoramento dos produtos atuais sem incremento de itens ao portfólio. Investimentos em digitalização dos equipamentos voltados para internet of think (iot) para conexão dos equipamentos.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nossa política prevê um investimento de ao menos 5% de nossa receita líquida em pesquisa e desenvolvimento.

2.10 Planos de negócios

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Adequação, melhoria e aprimoramento dos produtos atuais sem incremento de itens ao portfólio. Investimentos em internet of think (iot) para conexão dos equipamentos.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Projeção de investimento de R\$8,5 milhões.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ESG

Não aplicável.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não aplicável. Visto que não há itens relevantes não identificados nas Demonstrações Financeiras.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1.1 – Descrição do gerenciamento de riscos

a. Política de gerenciamento de riscos

Nossa Companhia não possui uma política formalizada para identificação e gerenciamento de riscos. Atualmente, entendemos que devido a sua estrutura os riscos podem ser tratados diretamente pela administração sem a necessidade, por hora, de órgão específico para tal e procedimentos formalizados.

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento de riscos, adotamos determinados procedimentos de modo a mantermos uma constante supervisão à nossa exposição aos riscos de mercado a que estamos expostos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Esse acompanhamento cabe diretamente ao nosso Diretor Presidente que se reporta periodicamente ao nosso Conselho de Administração.

b. Objetivos e estratégias da política

i) *Riscos para os quais se busca proteção;*

Apesar de não possuímos uma política de gerenciamento de risco formalizada, através de determinadas normas, códigos e políticas, em especial, buscamos obter proteção para os riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência que possam oferecer impactos negativos aos objetivos traçados por nossa administração, que se dividem em:

- Riscos estratégicos que podem impedir ou afetar o atingimento das nossas decisões estratégicas para os objetivos do nosso negócio e definidas em nosso planejamento estratégico;
- Riscos operacionais que envolvam a operação, sistemas de informação, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem, declínio de nosso resultado, dentre outros;
- Riscos financeiros decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros;
- Riscos Jurídicos causados por processos em aberto ou processos futuros podem resultar em perda financeira e prejudicar a imagem e a reputação de nossa Companhia;
- Riscos de Compliance causados pela falha no cumprimento das leis, regras, regulamentos e políticas internas de ética e conduta podem implicar perda financeira ou de reputação e imagem de nossa Companhia;
- Riscos de Crédito causado pela falha de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados por clientes do varejo e por aplicações financeiras; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Riscos de Liquidez que é o risco de que possamos encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com nossos passivos financeiros de curto prazo.

ii) Os instrumentos utilizados para proteção;

Nossa Companhia preza pela eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos e estabelece diversas normas, códigos e políticas para desenvolver e monitorar essas funções, conforme exercidas por nossos gestores e colaboradores. Nossas principais áreas e departamentos envolvidos no gerenciamento de riscos e controle são:

O Departamento Jurídico, coordenando ações judiciais e nos assessorando em questões legais, a fim de mitigar os possíveis riscos que possam nos afetar através da revisão dos contratos firmados, além do acompanhamento das ações junto aos escritórios externos para prevenir os riscos de perdas de prazos e outras possíveis falhas jurídicas.

A área de Controladoria zela por nossa integridade, bem como pela precisão de nossos registros financeiros de acordo com as normas aplicáveis. As informações geradas são revisadas periodicamente, por equipe interna, a fim de garantir a segurança das informações. Durante o processo de auditoria realizado pela auditoria externa, qualquer deficiência encontrada é reportada à nossa administração, e qualquer deficiência significativa é descrita neste Formulário de Referência.

A gerência de redes e parte do departamento de Tecnologia da informação são responsáveis pela segurança da informação de nossa Companhia e se utiliza tanto de normas e políticas quanto de softwares de terceiros para impedir que informações estratégicas sejam acessadas por entidades externas e para garantir a confiabilidade dos nossos dados.

iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da nossa Companhia caracteriza-se de forma que, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia são os órgãos responsáveis por analisar e acompanhar riscos, bem como propor e implementar ações capazes de mitigar eventuais problemas decorrentes do gerenciamento de riscos.

Apesar de não possuímos um órgão formal de gerenciamento de riscos, todas as áreas de nossa Companhia são regidas por normas, políticas e procedimentos que garantem que cada área seja responsável por gerir os próprios riscos, como, por exemplo:

Cumprimento de nossos objetivos de crescimento

Mensalmente os resultados da empresa são acompanhados pela administração, que avalia o cumprimento das metas de receitas e despesas comparado com o orçamento e plano estratégico de nossa Companhia. Caso apresente desvios são tomadas medidas com o objetivo de atingir os resultados esperados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Aumento na estrutura de custos

Mensalmente os resultados de custos são acompanhados, sendo avaliados as variações no custo de aquisição de insumos e produtividade da mão de obra. Os resultados são comparados com as metas definidas em nosso orçamento e planejamento estratégico. Caso apresente desvios são tomadas medidas com o objetivo de atingir os resultados esperados.

Variação no preço das commodities

Os insumos mais relevantes no processo indústria é o aço inoxidável. O preço dessa *commodity* é acompanhado semanalmente pelo nosso departamento de compras e apresentado mensalmente a nossa administração. Não temos poder de negociação com nosso fornecedor que impeça o aumento de preços, ficando sujeitos ao repasse nos custos. Para mitigar os impactos buscamos sempre que a taxa de câmbio for favorável a importação direta desse insumo. Outra medida tomada são os aumentos de preços de nossos produtos. Embora possamos ter dificuldades de reajustes nos preços devido à concorrência, vale lembrar que o aumento no custo das *commodities* afeta nossos competidores em igual medida, obrigando-os a medidas similares de reajustes de preços.

Desenvolvimento de Produtos

O lançamento de novos produtos e aprimoramento dos produtos por nós comercializados atualmente é primordial para a perpetuidade da empresa. Dessa forma os projetos em andamento no setor de Pesquisa e Desenvolvimento são acompanhados mensalmente frente ao cronograma de atividades estipulado. Caso apresente desvios são tomadas medidas com o objetivo de atingir os resultados esperados.

Adicionalmente as decisões sobre os projetos desenvolvidos e o acompanhamento dos mesmos é realizado por um comitê multidepartamental, composto por membros da área comercial, industrial, pesquisa e desenvolvimento e alta diretoria. Este comitê tem a função de orientar e direcionar os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento realizados pela empresa, bem como acompanhar o seu desenvolvimento.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

Nossa administração analisa constantemente nossa estrutura operacional e de controles internos, e entendemos que as práticas e procedimentos de controle que adotamos são adequados para nossa estrutura operacional.

Os riscos de mercado a que a Companhia está exposta foram indicados nos itens 4.1 e 4.2 deste formulário de referência. A Companhia apresenta abaixo as informações referidas aos riscos de mercado indicados nos itens 4.1 e 4.2.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1.2 – Em relação aos riscos indicados no item 4.2

Os riscos de mercado a que a Companhia está exposta foram indicados nos itens 4.1 e 4.2 deste formulário de referência.

a. Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado;

Nossa Companhia não possui uma política formalizada para identificação e gerenciamento de riscos. Atualmente, entendemos que devido a nossa estrutura, os riscos podem ser tratados diretamente pela administração, sem a necessidade por hora de órgão específico para tal e procedimentos formalizados.

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado, adotamos determinados procedimentos de modo a mantermos uma constante supervisão à nossa exposição aos riscos de mercado a que estamos expostos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Esse acompanhamento cabe diretamente ao nosso Diretor Presidente que se reporta periodicamente ao nosso Conselho de Administração.

- i. *Riscos de mercado para os quais se busca proteção;*
- ii. *Estratégia de proteção patrimonial;*

Dentre os riscos descritos no item 4.2, os que requerem acompanhamento periódico dos riscos a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de sofrermos perdas decorrentes de inadimplência de nossas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigarmos esses riscos, nós e nossas controladas adotamos como prática a análise das situações financeira e patrimonial de nossas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

No que tange às instituições financeiras, somente realizamos operações com instituições financeiras consideradas de baixo risco.

Risco de preço dos produtos vendidos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos prestados por nós, os quais podem provocar alterações nas nossas receitas. Para mitigar esses riscos, monitoramos permanentemente essas oscilações.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de sofrermos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre nossos ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, buscamos diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Risco de taxas de câmbio

Decorre de a possibilidade de oscilações das taxas de câmbio influenciarem nosso resultado e nosso fluxo de caixa quando contratamos operações em moeda estrangeira. Avaliamos permanentemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha feita por nós entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para financiar nossas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, monitoramos permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

iii. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge);

Em 31 de dezembro de 2022, nossa Companhia não registrava no balanço operações de hedge.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Quanto ao risco de taxas de juros, buscamos sempre diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Quanto ao risco de estrutura de capital, em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações

Para os demais riscos, a nossa administração mantém acompanhamento periódico de nossa exposição e toma as medidas que julgar adequadas.

v. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

Não contratamos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial (hedge).

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado, adotamos determinados procedimentos de modo a mantermos uma constante supervisão à nossa exposição aos riscos de mercado a que estamos expostos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Esse acompanhamento cabe diretamente ao nosso Diretor Presidente que se reporta periodicamente ao nosso Conselho de Administração.

Nossa administração analisa constantemente nossa estrutura operacional e de controles internos, e entendemos que as práticas e procedimentos de controle que adotamos são adequados para nossa estrutura operacional.

5.2 Descrição dos controles internos

Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras;

Inicialmente, destacamos que em 31 de dezembro de 2017, incorporamos a Prática Participações, nos termos e condições da Incorporação. A Incorporação foi aprovada por meio da realização de Assembleia Geral Extraordinária de ambas companhias em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, nos termos dos arts. 224 a 227 e 264 da Lei das Sociedades por Ações, a Prática Participações foi extinta, e nossa Companhia sucedeu a Incorporada em todos seus bens, direitos e obrigações, dentre outras consequências. Para mais informações sobre a Incorporação, vide item 1.1 deste Formulário de Referência.

Destacamos que em 31 de maio de 2019, incorporamos a Prática Serviços e Locações LTDA, nos termos e condições da Incorporação. A Incorporação foi aprovada por meio da realização de Assembleia Geral Extraordinária em 31 de maio de 2019. Sendo assim, nos termos dos arts. 224 a 227 e 264 da Lei das Sociedades por Ações, a Prática Serviços e Locações LTDA foi extinta, e nossa Companhia sucedeu a Incorporada em todos seus bens, direitos e obrigações, dentre outras consequências. Para mais informações sobre a Incorporação, vide item 1.1 deste Formulário de Referência.

a. Estrutura Organizacional envolvida

As demonstrações contábeis individuais de nossa Companhia e de nossas controladas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Para garantir a correta adoção dos procedimentos contábeis dispomos de um departamento de contabilidade interno que avalia todos os lançamentos contábeis e dá a tratativa correta para cada operação realizada. Ainda, nossa Companhia conta com um departamento de controladoria que tem a função de auditar os procedimentos realizados de forma a garantir o cumprimento das normas contábeis em vigor.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis são subordinadas a Auditoria Externa Independente, formada por profissionais especializados que revisam os números apresentados verificando sua adequação as normas vigentes.

b. Supervisão dos controles internos pela administração

O acompanhamento dos controles internos é acompanhado por nosso Conselho de Administração, na figura de seu Presidente, que analisa as recomendações emitidas pela área de controladoria e pelos auditores independentes.

5.2 Descrição dos controles internos

c. Deficiências e recomendações sobre os controles internos levantados pelos Auditores Independentes

A auditoria externa também é responsável pela validação dos procedimentos de controle internos estabelecidos. Essa auditoria tem o intuito de: (i) aumentar o grau de controle administrativo e gerencial; (ii) alertar os administradores sobre aspectos relacionados com os sistemas de controle interno adotados; (iii) aprimorar controles interno existentes e oferecer maior segurança aos administradores; e (iv) aumentar a eficiência administrativa.

No relatório realizado em 2022 foram levantados os seguintes pontos de recomendação que apresentamos abaixo com as notas da administração:

i. Contábil

Contas a receber entre partes relacionadas – Reclassificação para o ativo não circulante
Administração: As faturas com expectativas de realização acima de 12 meses foram integralmente reclassificadas para o ativo não circulante.

Adiantamento a fornecedores – Adiantamento que possuem a natureza de estoques classificados nessa rubrica

Administração: Os adiantamentos realizados com a finalidade de compra de matéria-prima, foram reclassificados para o grupo de estoques.

Como evento subsequente os itens destacados abaixo foram recebidos em 2023:

item conta	Fornecedor	Tipo	Data de Emissão	Valor
2001305	EMBTech	PA	29/12/2022	41.503
2042496	HUBNER FUNDICAO	PA	29/09/2022	34.228
2042496	HUBNER FUNDICAO	PA	07/06/2021	22.453
2010079	SMS RESISTENCIAS	RPA	28/12/2022	18.557
2010079	SMS RESISTENCIAS	RPA	10/11/2022	13.153

Estoque – Necessidade de revisão da política interna para constituição de perdas de produtos em estoque com baixo giro de movimentação

Administração: Os critérios adotados pela Companhia levam em consideração a baixa movimentação do item e a expectativa de realização do estoque.

Para os itens abaixo existem ações comerciais para venda dos mesmos, com preços abaixo do mercado, apenas para recuperar o custo.

No último ano foi implementado um procedimento para a descontinuidade de produtos do portfólio que contempla a destinação dos estoques.

5.2 Descrição dos controles internos

Modelo	Descrição	Cód. do Produto	Data	Valor
AEB200	AMASSADEIRA ESPIRAL BASCULADA P/ DIREITA	220079-01	2021	115.076
CIP800	CENTRAL INTEGRADA DE PRODUÇÃO CIP800 6KW 220V MONOFASICO 50/60HZ	291000-01	2021	135.715
ECK60	ESPIRAL DE CONGELAMENTO - ECK60 220V 60HZ TRIF - ESTEIRA	320400	2021	349.395

Imobilizado – Estudo de vida útil

Administração: No ano de 2021 foi realizado um laudo de avaliação da vida útil e valor de mercado dos ativos imobilizados.

Os ativos imobilizados mais representativos já tem a vida útil refletida na contabilidade pela avaliação realizada por especialista.

Fornecedores – Reclassificação de faturas com vencimento no longo prazo

Administração: As faturas com vencimento acima de 12 meses foram integralmente reclassificadas para o passivo não circulante.

Fornecedores – Reclassificação de faturas na modalidade de risco sacado

Administração: Os saldos de risco sacado anteriormente estavam classificados na conta de fornecedores e foram reclassificados para a conta de risco sacado no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa para adequar a comparabilidade.

Adiantamentos a clientes – Saldos pendentes de longa data

Administração: É política da empresa solicitar adiantamento para iniciar os processos de fabricação. Quando o pedido é faturado é feito a compensação dos adiantamentos.

Caso não ocorra a efetiva venda os valores são devolvidos aos clientes ou reconhecidos como receita após o 5º ano conforme orientação do nosso departamento jurídico.

Mensalmente é realizado pelo financeiro e contabilidade conciliação das contas. Os valores mais altos são de conhecimento da Companhia e ainda não foram compensados.

Provisão para garantia – Necessidade de atualização das premissas utilizadas para constituição dessa provisão

Administração: Serão revisados os índices de defeitos adotados.

Reconhecimento das receitas – Corte de competência das receitas

É feita uma análise interna pela Companhia, devido a baixa relevância sobre o montante faturado durante o ano optou-se em manter o faturamento na data da emissão da nota.

Despesas gerais – Reclassificação dos custos com amortização de projetos

Administração: No passado a Companhia tinha por prática o diferimento dos gastos de desenvolvimento de novos projetos. No ano de 2020 a administração decidiu alterar a prática por entender que os gastos em P&D são parte integrante da estrutura da empresa.

As amortizações classificadas como despesa dizem respeito ao saldo remanescente e serão liquidados em 2024.

5.2 Descrição dos controles internos

Outras despesas – Reclassificação das perdas de estoque

Administração: A administração entende que as provisões para perda de estoque são descisões de descontinuidade de produtos que não podem afetar a margem dos produtos vendidos.

ii. Trabalhista e Previdenciária

Risco de vínculo empregatício – Pessoa Jurídica

Administração: É de conhecimento da diretoria o fato. A pessoa em questão não trabalha exclusivamente para a Prática podendo atender outras empresas, trabalha home office três vezes por semana.

Prêmio trimestral – Ausência de tributação

Administração: A premiação foi implementada após a reforma trabalhista, no qual é pago duas vezes ao ano pela empresa. A Sra. Zuleica irá levar o assunto a gerência para possível regularização.

Cota de aprendizagem

Administração: De acordo com informação da Sra. Zuleica, alguns jovens aprendizes encerram o contrato em dezembro/2022, contudo, em fevereiro/2023 irão iniciar 8 aprendizes. Em 31 de março de 2023 a companhia contava com 18 menores aprendizes. Temos duas vagas previstas para contratação.

Cota de profissionais com deficiência ou reabilitados

Administração: De acordo com informação da Sra. Zuleica, a empresa está ciente que está abaixo da cota e irá providenciar a contratação dos profissionais para regularização.

iii. Tributos Indiretos

IPI – créditos – Aplicação de alíquotas equivocadas

Administração: As inconsistências apontadas ocorreram no período de transição das alterações das alíquotas de IPI. Foi levantado o montante dessas inconsistências internamente e são valores irrelevantes.

IPI – Transposição incorreta de saldo credor (Matriz)

Administração: Será feita a retificação, sem prejuízo para a Companhia. Para evitar que a inconsistência ocorra novamente foi implementado um doble check antes de enviar a declaração.

iv. Tributos Diretos

Quebras e perdas – Ausência de comprovação por relatórios, boletins ou outros documentos e laudo para obsoletos

Administração: Mantemos controles internos de autorização das baixas com os responsáveis pelos armazéns internamente.

Iremos avaliar mudar o procedimento para escrituração das baixas via emissão de NF.

5.2 Descrição dos controles internos

Arrendamento Mercantil – Controle indevido em Parte B

Administração: Iremos avaliar junto com a equipe de tributos qual o correto procedimento a ser seguido.

PAT – Novos critérios de dedutibilidade

Administração: A partir de outubro foi ajustado conforme no novo procedimento do PAT. Na ECF será ajustado os meses remanescentes o que pela avaliação da contabilidade não terá impactos nas DFs.

d. Comentário dos diretores sobre as deficiências apontadas

Ver item 5.2.c.

5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas adotadas pela Companhia, voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil de riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Atendemos às legislações existentes que envolvem a administração pública e adotamos outros instrumentos como forma de proteção para nossa Companhia. Além disso, nossas relações com o Governo e autoridades públicas baseiam-se na transparência, e nos termos de nosso Código de Ética, todos nossos administradores, funcionários, prestadores de serviços e demais pessoas e entidades com quem nos relacionamos (“Colaboradores”) devem se manter atualizados sobre as leis e regras vigentes. Além disso, também orientamos nossos Colaboradores a não receber, oferecer ou entregar, de forma direta ou indireta, favores ou doações a funcionários públicos, governantes ou entidades governamentais, e os Colaboradores se comprometem a aplicar e zelar pelas diretrizes do Código de Ética.

Nossos Colaboradores têm ciência da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei Anticorrupção”) que introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas.

Nossa Companhia não possui periodicidade pré-determinada para a atualização dos documentos acima mencionados, contudo, a depender da identificação de novos procedimentos e mecanismos que os tornem mais efetivos, caberá à nossa Diretoria realizar as alterações mapeadas.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Nossa Companhia não possui uma estrutura organizacional específica para o monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Entretanto, nosso Diretor Presidente monitora esses procedimentos e reporta quaisquer movimentos não usuais ao Conselho de Administração. Adicionalmente, estudamos a possibilidade de implementação de um programa de compliance

iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado

- *Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrangem também terceiros, tais como fornecedores, prestadores*

5.3 Programa de integridade

de serviço, agentes intermediários e e associados

O nosso Código de Ética se aplica a todos os administradores e colaboradores da Companhia, incluindo empregados, fornecedores e prestadores de serviços.

- *Se é com frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

Nossos colaboradores são treinados com relação ao código de ética quando da realização da integração na Companhia. A reciclagem do treinamento ocorre esporadicamente e anualmente todos os colaboradores fazem reciclagem a cerca do código de ética.

- *As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

O desrespeito ao nosso Código de Conduta levará à abertura de sindicância administrativa para averiguação de possíveis irregularidades e poderá sujeitar os Colaboradores a medidas disciplinares, as quais incluem advertência, suspensão, demissão por justa causa e demais penalidades previstas na legislação trabalhista, independentemente de outras ações que a Companhia possa adotar, conforme previsto no item V.2 do Código de Ética.

- *Órgão que aprovou o código, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

Nosso Código de Conduta de Ética ("Código de Ética") foi aprovado em 26 de abril de 2018, pelo nosso Conselho de Administração. A minuta do nosso Código de Ética poderá ser consultada no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no nosso site de relações com investidores (<http://ri.praticafornos.com.br/>).

Atendemos às legislações existentes que envolvem a administração pública e adotamos outros instrumentos como forma de proteção para nossa Companhia. Além disso, nossas relações com o Governo e autoridades públicas baseiam-se na transparência, e nos termos de nosso Código de Ética, todos nossos administradores, funcionários, prestadores de serviços e demais pessoas e entidades com quem nos relacionamos ("Colaboradores") devem se manter atualizados sobre as leis e regras vigentes. Além disso, também orientamos nossos Colaboradores a não receber, oferecer ou entregar, de forma direta ou indireta, favores ou doações a funcionários públicos, governantes ou entidades governamentais, e os Colaboradores se comprometem a aplicar e zelar pelas diretrizes do Código de Ética.

Nossos Colaboradores têm ciência da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada ("Lei Anticorrupção") que introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas.

5.3 Programa de integridade

b. canal de denúncia da Companhia, indicando, em caso positivo

- *Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*
- *Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*
- *Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*
- *Órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias*

É facultado aos nossos Colaboradores fazer denúncias de fatos que tenham violado o nosso Código de Ética através de via que não obriga a identificação do denunciante. Passamos a facultar a nossos Colaboradores o uso do endereço eletrônico ouvidoria@praticabr.com, para tratar, inclusive, questões éticas.

De modo a resolver questões internas de conduta, disponibilizamos aos nossos Colaboradores uma caixa de comunicação onde podem ser registradas sugestões, reclamações e/ou denúncias, com identificação opcional. Os registros dessa entrada são coletados semanalmente pelo setor de Recursos Humanos e compartilhados com os diretores para que sejam apurados e tratados.

Para sugestões, reclamações e/ou denúncias:

- E-mail: ouvidoria@praticabr.com

c. número de casos confirmados de fraudes nos últimos 3 exercícios

Não foram identificados casos de fraudes ou desvios nos últimos 3 exercícios sociais.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui um Código de Ética voltado para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais nossa Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

a. Outras informações relevantes Valor Justo

Diversas de nossas políticas e divulgações contábeis exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, para os instrumentos financeiros de “Empréstimos recebíveis” e “Passivos financeiros a custo amortizado” que são registrados pelo método de custo amortizado e que abrangem principalmente “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes”, “Partes relacionadas”, “Outros créditos”, “Empréstimos e financiamentos”, “Fornecedores”, “Partes relacionadas” e “Outras contas a pagar”, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e, conforme item 29 do Pronunciamento Técnico CPC 40 – Instrumentos financeiros, para estes casos, a divulgação de valor justo não é exigida.

b. Seguros

Adotamos a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de nossa atividade, e a opinião dos nossos assessores de seguros.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de responsabilidade civil e, riscos patrimoniais.